

TELEGRAMA

Únicamente até 3.^a-f.^a em Barcelos
O CIRCO GIGANTE:

America Show INSTALADO NO CAMPO DA FEIRA



HOJE e amanhã --- Espectáculos de tarde e á noite --- Segunda-feira e Terça só á noite.

Grandes atracções e novidades
dos principais circos do Mundo



AVISO — O Circo está instalado no Campo da Feira.

"A CONSTRUTORA DE CASAS ECONOMICAS."

Por escritura de oito de Fevereiro de mil novecentos e trinta, outorgada perante o notario desta comarca Dr. Porfirio da Silva, ficou constituida uma sociedade anonima de responsabilidade limitada sob a designação de

«A Construtora de Casas Economicas», a qual fica regida pelos seguintes:

ESTATUTOS

Capitulo 1.^o

Denominação, séde, objecto e duração

Artigo 1.^o

E' constituida definitivamente nos termos da lei e dos presentes estatutos «A Construtora de Casas Economicas», sociedade anonima de responsabilidade limitada, com sede e estabelecimento nesta cidade de Barcelos:

Artigo 2.^o

Esta sociedade tem por objecto construir, vender ou ceder de arrendamento habitações economicas, nos termos do decreto numero desasseis mil e cinquenta e cinco e respectivo regulamento — decreto numero desasseis mil e oitenta e cinco—, e ainda nos termos da mais legislação applicavel.

Artigo 3.^o

A sua duração é por tempo indeterminado, e o seu começo conta-se desta data.

Capitulo 2.^o

Capital

Artigo 4.^o

O capital social é de quatrocentos setenta e quatro mil e quinhentos escudos em dinheiro, dividido em quatro mil setecentas e quarenta e cinco acções de cem escudos cada uma e integralmente subscrito.

Paragrafo primeiro — Os subscritores pagaram já dez por cento do capital subscrito, e o restante será realizado por meio de chamadas, quando a Direcção o determine.

Paragrafo segundo — Se os possuidores de acções não efectuarem a entrada no praso de trinta dias a contar da chamada, que será feita por carta registada, poderá a Direcção fazer vender as respectivas acções, revertendo o produto liquido a favor da sociedade.

Artigo 5.^o

Fica a Direcção autorisada a reforçar, por uma ou mais vezes, o capital social até ao maximo de um milhão de escudos, mediante parecer favoravel do Conselho Fiscal.

Paragrafo primeiro — As novas acções se-

rão tambem de cem escudos cada uma, e as condições da sua subscrição aquelas que a Direcção anunciar.

Paragrafo segundo — Na subscrição das novas acções os actuais accionistas terão direito de preferencia.

Artigo 6.^o

As acções serão nominativas ou ao portador, e poderão ser transmitidas por meio de endoço ou pertence.

Artigo 7.^o

A sociedade poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, emitir obrigações nominativas ou ao portador.

Artigo 8.^o

E' permitido á Sociedade adquirir as acções e obrigações proprias e bem assim efectuar as operações legais sobre elas.

Capitulo 3.^o

Direcção e Fiscalização

Artigo 9.^o

A administração da sociedade será exercida por uma Direcção composta de três accionistas efectivos e três substitutos.

Artigo 10.^o

Compete á Direcção, além das atribuições conferidas por lei:

a) — representar a sociedade em juizo e fora dele;

b) — nomear, suspender e demitir os empregados, e fixar os res-

pectivos vencimentos;

c) — prestar contas á Assembleia Geral e apresentar relatório da sua administração;

d) — acordar, transigir e desistir sobre qualquer objecto ou pleito;

e) — firmar contractos de aquisição de materiais, de venda ou arrendamento dos predios construidos, de compra de terrenos ou quaisquer outros contractos necessarios á realização do objecto da Sociedade, e

f) — praticar todos os actos de direcção e administração.

Artigo 11.^o

De entre os membros da direcção poderá ser escolhido por ela um director-delegado, que, para todos os efeitos, será legitimo representante da Sociedade, com todas as atribuições concedidas á Direcção.

Paragrafo primeira — Poderá tambem a Direcção de legar todas ou parte das suas atribuições em gerente estranho á Sociedade mas de reconhecida competencia e probidade, ficando entretanto á mesma Direcção a responsabilidade dos actos praticados em nome dela.

Artigo 12.^o

As funções da Direcção serão gratuitas, com excepção, porem,

das do Director-delegado ou do gerente, cujos vencimentos poderão ser fixados pela Direcção, com voto favoravel do Conselho Fiscal.

Artigo 13.^o

Nenhum director poderá entrar em exercicio sem previamente depositar das acções da sociedade, na caixa desta, como caução á sua gerencia.

Artigo 14.^o

Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de um dos membros da Direcção ou do Director-delegado ou Gerente; a representação em juizo será feita por um dos Directores; mas os documentos que envolvam responsabilidade serão firmados por dois Directores, pelo menos.

Artigo 15.^o

O Conselho Fiscal compôr-se-há de tres accionistas efectivos e tres substitutos.

Artigo 16.^o

Tanto a Direcção como o Conselho Fiscal poderão ser reeleitos uma ou mais vezes.

Artigo 17.^o

O Conselho Fiscal realizará as sessões que julgar convenientes aos interesses da Sociedade, sendo obrigatoria uma em cada trimestre; e as deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Capitulo 4.^o

Assembleia Geral

Artigo 18.^o

A Assembleia Geral da Sociedade é constituida

por todos os accionistas que tenham as acções averbadas ou depositadas no cofre dela com a anticipação de trinta dias.

Artigo 19.^o

Cada cinco acções representam um voto.

Artigo 20.^o

Os accionistas poderão fazer-se, representar na Assembleia por outro accionista, mas é prohibido ter mandato de mais de um accionista e dividir acções por procuradores diversos. E' permitida a representação da esposa pelo marido, do casal indeviso pela pessoa que teria o cargo de cabeça de casal, dos menores pelo seu tutor, dos corpos ou corporações administrativas pelo seu presidente, dos bancos, sociedades ou empresas por qualquer dos seus directores ou administradores.

Paragrafo primeiro — A prova do mandato a que se refere a primeira parte do artigo pode fazer-se por procuração ou por simples carta cuja assinatura seja reconhecida por notario; mas tanto uma como outra serão entregues ao Presidente da Mesa com anticipação de oito dias, pelo menos, da data fixada para a reunião da Assembleia Geral.

Artigo 21.^o

A Assembleia Geral reunir-se ordinariamente uma vez cada ano, até trinta e um de Março, para discutir e votar o relatório e balanço e parecer do Conselho Fiscal, votar o dividendo anual; e proceder á eleição a que se refere o artigo seguinte quando a ela haja lugar, e, extraordinariamente, nos termos do artigo cento e oitenta e

